

Mogi das Cruzes/SP, 30 de novembro de 2023

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 30 de junho de 2023.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Evoy Administradora de Consórcio LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **42.735.881/0001-39** neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o **semestre** findo em **30 de junho de 2023**, e os esclarecimentos requeridos por força da Carta Circular 3.981, de 25 de outubro de 2019 do Banco Central do Brasil.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- I – Relatório da Administração;
- II – Balanço Patrimonial;
- III – Demonstração de Resultado;
- IV – Demonstração do Resultado Abrangente;
- V – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- VI – Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;
- VII – Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos;
- VIII – Notas Explicativas;
- IX – Relatório do Auditor Independente.

2. Por fim, cumpre salientar que a alta administração da **Evoy Administradora de Consórcio LTDA** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.



Atenciosamente,

Marcelo Luís Lucindo de Souza
Administrador

Renata Grisaro Franco de Souza
TC CRC: SP 284247/O-4



I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Evoy Administradora de Consórcio LTDA, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício/semestre findo em 30 de junho de 2023.

O lucro do semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 383.419,87.

A autorização de funcionamento foi concedida pelo Banco Central do Brasil em 16/06/2021, sendo que só foi possível o início das atividades e integralização do capital em 15/07/2021, data de inscrição do cadastro nacional de pessoas jurídicas junto à Receita Federal.

A DIRETORIA

Marcelo Luís Lucindo de Souza
Administrador

Renata Grisaro Franco de Souza
TC CRC: SP 284247/O-4

II - BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

BALANÇO ENCERRADO EM 30/06/2023		
ATIVO	30.06.2023	31.12.2022
CIRCULANTE	1.642	1.081
DISPONIBILIDADE		
CREDITO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.482	1.034
DIREITOS REALIZAVEIS		
DUPLICATAS A RECEBER	122	1
OUTROS CREDITOS	6	2
IMPOSTOS RECUPERAVEIS	33	44
NÃO CIRCULANTE	93	0
PERMANENTE		
IMOBILIZADO DE USO	93	0
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
COMPENSAÇÃO	11.187	2.426
RECURSO DE CONSÓRCIO		
UTILIZADOS	9.481	1.724
A UTILIZAR	1.165	595
PREVISÃO MENSAL REC. RECEBER CONSORCIO	541	107
TOTAL DO ATIVO	12.923	3.507

(Em milhares de reais)

BALANÇO ENCERRADO EM 30/06/2023		
PASSIVO	30.06.2023	31.12.2022
<u>CIRCULANTE</u>	341	70
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGACOES A PAGAR	48	41
OBRIGACOES SOCIAIS A PAGAR	20	1
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	274	27
OUTROS CREDORES	0	1
<u>PATRIMONIO LIQUIDO</u>	1.394	1.011
CAPITAL SOCIAL	1.500	1.500
<u>LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS</u>	-106	-489
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	-489	-132
RESULTADO DO EXERCICIO	383	-358
<u>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</u>		
<u>COMPENSAÇÃO</u>		
RECURSOS COLETADOS - NORMAIS	10.646	2.319
<u>CONTRIB. CONSORCIOS À RECEBER</u>		
CONTRIB. CONSORCIOS À RECEBER	541	107
TOTAL DO PASSIVO	12.923	3.507

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

(Em milhares de reais)

<u>NOMENCLATURA</u>	<u>1º SEMESTRE</u> <u>2023</u>	<u>1º SEMESTRE</u> <u>2022</u>	<u>EXERCÍCIO</u> <u>2022</u>
RECEITAS OPERACIONAIS	7.107	57	1.776
RECEITAS OPERACIONAIS	7.043	0	1.650
OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	64	57	126
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-934	0	-219
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.173	57	1.557
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS OPERACIONAIS	-8	0	0
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-570	-115	-456
DESPESAS GERAIS			
DESPESAS GERAIS	-5.093	0	-1.443
DESPESAS FINANCEIRAS	-1	0	0
DESPESAS TRIBUTARIAS	-3	-3	-6
= RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	498	-61	-348
CONTRIBUICAO SOCIAL	-32	-1	-4
PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA	-83	-1	-6
= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	383	-63	-358

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



IV - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	1º SEMESTRE 2023	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	383
PARCELA DOS SÓCIOS	-	-
(-) AJUSTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	-	-
(=) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES ANTES DA RECLASSIFICAÇÃO	-	-
AJUSTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS RECLASSIFICADOS PARA RESULTADO	-	-
(=) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
PARCELA DOS SÓCIOS	-	-
(=) RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	-	383
(=) PARCELA TOTAL DOS SÓCIOS	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	-	383

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

V - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
AGRUPAMENTO	FATO CONTÁBIL	VALOR	D/C
CAPITAL SOCIAL	SALDO ANTERIOR	1.500	C
	CAPITAL SOCIAL	0	C
	SALDO ATUAL	1.500	C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	SALDO ANTERIOR	-489	D
	LUCROS ACUMULADOS	383	D
	SALDO ATUAL	-106	D

RESUMO POR FATO CONTÁBIL

FATO CONTÁBIL	VALOR	D/C
SALDO ANTERIOR		1 C
CAPITAL SOCIAL		0 C
PREJUÍZOS ACUMULADOS		-106 D
SALDO ATUAL		-105 C

RESUMO POR AGRUPAMENTO

AGRUPAMENTO	VALOR	D/C
TOTAL GERAL		0 C
CAPITAL SOCIAL		1.500 C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		0 D

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VI - DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

(Em milhares de reais)

ATIVO	CÓDIGO RUBRICA	30.06.2023
ATIVO CIRCULANTE	1.0.0.00.00-7-00	2.090
DISPONIBILIDADES	1.1.0.00.00-6-00	0
DEPOSITOS BANCARIOS	1.1.2.00.00-2-00	0
DEPOSITO BANCARIOS	1.1.2.92.00-3-00	0
DEPOSITO BANCARIOS	1.1.2.92.10-6-00	0
APLICACOES INTERFIN.DE LIQUIDE	1.2.0.00.00-5-00	1.165
OUTRAS	1.2.9.00.00-2-00	1.165
APLICACOES FINANCEIRAS	1.2.9.90.00-5-00	1.165
DISPONIBILIDADES DO GRUPO	1.2.9.90.12-2-00	501
DISPONIBILIDADES DE GRUPO	1.2.9.90.12-2-01	501
VINCUL.CONTEMPLADOS - DEMAIS A	1.2.9.90.35-9-00	664
OUTROS CREDITOS	1.8.0.00.00-9-00	925
VALORES ESPECIFICOS	1.8.7.00.00-0-00	925
DIREITOS JUNTO A CONS CONTEMPL	1.8.7.93.00-0-00	925
NORMAIS	1.8.7.93.05-5-00	925
FUNDO COMUM A RECEBER	1.8.7.93.05-5-01	1.110
FUNDO DE RESERVA A RECEBER	1.8.7.93.05-5-02	36
(-) FUNDO COMUM RECEBIDOS	1.8.7.93.05-5-03	-227
(-) FUNDO DE RESERVA RECEBIDO	1.8.7.93.05-5-04	7
ATUALIZAÇÃO FUNDO COMUM	1.8.7.93.05-5-05	0
EM ATRASO	1.8.7.93.15-8-00	0
FUNDO COMUM	1.8.7.93.15-8-01	0
FUNDO DE RESERVA	1.8.7.93.15-8-02	0
COMPENSACAO	3.0.0.00.00-1-00	376.413
CONSORCIO	3.0.7.00.00-2-00	376.413
PREV.MENSAL REC.A RECEB.CONSOR	3.0.7.75.00-6-00	541
CONTRIBUICOES DEVIDAS AO GRUPO	3.0.7.78.00-3-00	192.480
VR.BENS OU SERV.A CONTEMPLAR	3.0.7.82.00-6-00	183.392
TOTAL GERAL DO ATIVO	3.9.9.99.99-3-00	378.503

VI – DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

(Em milhares de reais)

PASSIVO	CÓDIGO RUBRICA	30.06.2023
PASSIVO CIRCULANTE	4.0.0.00.00-8-00	2.090
OUTRAS OBRIGACOES	4.9.0.00.00-9-00	2.090
OBRIGACOES DIVERSAS	4.9.8.00.00-3-00	2.090
OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS	4.9.8.82.00-7-00	757
GRUPOS EM FORMAÇÃO	4.9.8.82.05-2-01	0
FUNDO DE RESERVA	4.9.8.82.05-202	0
RECEBIMENTOS NAO IDENTIFICADOS	4.9.8.82.07-6-00	0
FUNDO COMUM	4.9.8.82.07-6-01	0
REND APLIC FINANCEIRA	4.9.8.82.07-6-02	0
CONTR.CONSORCIADOS NÃO CONTEMP	4.9.8.82.10-0-00	757
FUNDO COMUM	4.9.8.82.10-0-01	758
ATUALIZAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	4.9.8.82.10-0-03	0
VALORES A REPASSAR	4.9.8.86.00-3-00	243
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	4.9.8.86.10-6-00	175
TAXA ADM. COLETADA	4.9.8.86.10-6-01	8.875
(-) TAXA ADM.UTILIZADAS	4.9.8.86.10-6-02	-8.700
PRÊMIOS DE SEGUROS	4.9.8.86.15-1-00	62
PRÊMIOS DE SEGUROS COLETADOS	4.9.8.86.15-1-01	361
(-)PRÊMIOS DE SEG.UTILIZADOS	4.9.8.86.15-1-02	-299
MULTAS E JUROS MORATÓRIOS	4.9.8.86.20-9-00	0
MULTA E JUROS COLETADOS	4.9.8.86.20-9-01	12
(-)MULTAS E JUROS UTILIZADOS	4.9.8.86.20-9-02	-12
MULTA RESCISÓRIA	4.9.8.86.22-3-00	6
MULTA RESCISÓRIA RETIDA ADM.	4.9.8.86.22-3-01	6
ATUALIZ.MULTA RECISÓRIA ADM	4.9.8.86.22-3-03	0
OUTROS RECURSOS	4.9.8.86.35-7-00	0
GRAVAME COLETADO	4.9.8.86.35-7-03	1
(-) GRAVAME UTILIZADO	4.9.8.86.35-7-04	0
OBRIG.POR CONTEMPLA ENTREGAR	4.9.8.91.00-5-00	664
BENS PENDENTES DE ENTREGA	4.9.8.91.00-5-01	1.110
(-)AQUISIÇÃO DE BENS	4.9.8.91.00-5-02	-468
ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITO	4.9.8.91.00-5-03	0
RENDIMENTO VINCULADO CONTEMPLA	4.9.8.91.00-5-04	20
DEVOLUÇÃO CANCEL/CONTEMP	4.9.8.91.00-5-07	2
(-) VALORES DEV.CANC/CONTEMP	4.9.8.91.00-5-08	-1

VI - DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

REC. A DEV. A CONSORCIADOS	4.9.8.94.00-2-00	110
DESISTENTES OU EXCLUÍDOS	4.9.8.94.20-8-00	110
FUNDO COMUM	4.9.8.94.20-8-01	71
ATUALIZAÇÃO DE DEVOLUÇÃO	4.9.8.94.20-8-03	0
FUNDO DE RESERVA	4.9.8.94.20-8-04	41
(-) TRANSF. COTA CANC. CONTEMP	4.9.8.94.20-8-99	-2
RECURSOS DO GRUPO	4.9.8.98.00-8-00	316
FUNDO DE RESERVA	4.9.8.98.15-6-00	155
FUNDO DE RESERVA	4.9.8.98.15-6-01	154
REND APLIC FUNDO RESERVA	4.9.8.98.15-6-02	2
FDO RESERVA TRANSF.FDO COMUM	4.9.8.98.16-3-00	109
FDO RESERVA TRANSF.FDO COMUM	4.9.8.98.16-3-01	109
FDO RES.A REC.CONSORC.CONTEMPL	4.9.8.98.17-0-00	42
FDO RES.A REC.CONSORC.CONTEMPL	4.9.8.98.17-0-01	42
AT. FDO RES. REC.CONS.CONTEMPL	4.9.8.98.17-0-02	0
REND.APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.9.8.98.20-4-00	-3
FUNDO COMUM	4.9.8.98.20-4-01	17
(-) REND.VINC. CONTEMPLAÇÃO	4.9.8.98.20-4-03	-20
MULTAS E JUROS MORATÓRIOS RETI	4.9.8.98.30-7-00	12
MULTAS E JUROS MORATÓRIOS	4.9.8.98.30-7-01	12
ATUALIZAÇÃO DE DIREITOS	4.9.8.98.50-3-00	0
ATUALIZAÇÃO DE DIREITOS	4.9.8.98.50-3-01	0
(-)ATUALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	4.9.8.98.60-6-00	0
(-)ATUALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	4.9.8.98.60-6-01	0
COMPENSACAO	9.0.0.00.00-3-00	376.413
CONSORCIO	9.0.7.00.00-4-00	376.413
REC.MENSAIS RECEBER CONSORCIAD	9.0.7.75.00-8-00	541
OBRIGS.DO GRUPO POR CONTRIBUIC	9.0.7.78.00-5-00	192.480
BENS OU SERV A CONTEMP. -VALOR	9.0.7.82.00-8-00	183.392
TOTAL GERAL DO PASSIVO	<u>9.9.9.99.99-5-00</u>	378.503

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VII - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

(Em milhares de reais)

ATIVO	1º SEMESTRE 2023	SALDO ACUMULADO
DISPONIBILIDADES	595	0
CAIXA	0	0
DEPOSITOS BANCARIOS	0	0
CHEQUES EM COBRANCA	0	0
APLIC. FINANC. GRUPO	286	0
APLIC. FINANC. VINC. CONTEMPL	308	0
	0	0
(+) RECURSOS COLETADOS	8.327	10.646
CONTRIBUICOES P/AQUISICAO DE B	636	1.061
TAXA DE ADMINISTRACAO	6.498	8.875
CONTRIBUICOES AO F.DE RESERVA	209	304
REND.DE APLIC.FINANCEIRAS	19	19
MULTAS E JUROS MORATORIOS	20	25
PREMIOS DE SEGUROS	250	361
CUSTAS JUDICIAIS	0	0
REEMBOLSO DE DESPESAS DE REGIS	0	0
OUTROS	695	1
	0	0
(-) RECURSOS UTILIZADOS	7.757	9.481
AQUISICAO DE BENS	444	468
TAXA DE ADMINISTRACAO	7.108	8.700
MULTAS E JUROS MORATORIOS	11	12
PREMIOS DE SEGUROS	193	299
CUSTAS JUDICIAIS	0	0
DEVOLUCAO A CONSORCIADOS DESLI	0	1
DESPESAS DE REGISTRO DE CONTRA	0	0
OUTROS	0	0
	0	0
DISPONIBILIDADES	1.165	1.165
CAIXA	0	0
DEPOSITOS BANCARIOS	0	0
CHEQUES EM COBRANCA	0	0
APLIC FINANC DO GRUPO	501	501
APLIC FINAN VINC CONTEMPL	664	664

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

IX - NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BALANÇO DE 30 DE JUNHO DE 2023

1. Contexto operacional

A Evoy Administradora de Consórcios Ltda. (“Instituição” ou “Administradora”), é uma sociedade limitada que foi constituída de acordo com a Circular nº 3.260/04 do Banco Central do Brasil - BACEN, e teve seu funcionamento autorizado pelo BACEN a administrar grupos de consórcios, conforme publicação do Diário Oficial da União em 16 de junho de 2021.

A Instituição sediada na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1145, sala 402 e 404, Mogi das Cruzes/SP tem por objetivo social a formação, organização e administração de grupos de consórcios, destinados à aquisição de bens móveis duráveis, imóveis e serviços.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN.

As demonstrações financeiras são expressas em reais, que é a moeda funcional da Administradora de Consórcios Evoy.



3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 – As aplicações interfinanceiras de liquidez e valores mobiliários estão registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos de rendimentos incorridos até a data do balanço.

3.2 - As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades da Administradora são reconhecidas pro rata temporis pelo regime de competência de exercícios, conforme Art. 7º da Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021.

3.2.1 – A taxa de administração é reconhecida na competência do efetivo recebimento das contraprestações dos consorciados, conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 47.

3.3 Impostos recuperáveis

Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimentos de aplicações.

3.4 Impostos e contribuições a recolher.

Pis/Cofins - referente a rendimentos de aplicação financeira e ao faturamento, saldo referente ao mês 06/2023.

IRRF e CRF – Referentes aos serviços tomados obrigados a retenção, saldo referente ao mês 06/2023.

3.5. Capital Social

O capital social é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado em 15/07/2021 com a constituição da empresa.

Distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
Marcelo Luís Lucindo de Souza	1.485.000	R\$ 1.485.000,00
Elisabete Silva dos Santos	15.000	R\$ 15.000,00
TOTAL	1.500.000	R\$ 1.500.000,00

3.6. Limite de Alavancagem

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcio estabelecido no artigo 1º da Circular Bacen nº 3.524, de 03/02/2011, é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido ajustado obtido através dos seguintes fatores:

Saldo dos Grupos - Conta 09.0.0.0.0.-7 (4350)	1.297.222,87
(-) Aplicação Financeira Vinc. Contempl. - Conta 09.6.0.0.0-9 (4350)	-663.702,18
Passivo Circulante da Adm. - Conta 4.0.0.00.00-8 (4010)	341.486,40
(-) Pendente de Receb. Cobrança Judicial - Conta 4.9.8.93.2.0-9 (4010)	0,00
RESULTADO	975.007,09
Divisor	6,00
(=) Resultado da Divisão	162.501,18
Patrimônio Líquido Mínimo Exigido Bacen (1)	162.501,18
Patrimônio Líquido Junho 2023	1.010.968,13
Contas de Resultado Credoras - Conta 7.0.0.00.00-9	7.107.187,92
(-) Contas de Resultado Devedoras - Conta 8.0.0.00.00-6	-6.723.768,75
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Lucros Distribuídos	0,00
Patrimônio Líquido Ajustado Jun/2023 (1)	1.394.387,30

3.7 - O Imposto de renda e contribuição social são calculados com base nos rendimentos tributáveis: o IRPJ pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais (R\$ 240 para o exercício); a CSLL pela alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor.

4. Principais práticas contábeis – grupos de consórcio

4.1 – As aplicações financeiras vinculadas aos grupos foram efetuadas junto ao Banco Santander, demonstradas pelos valores aplicados mais os rendimentos líquidos auferidos até a data do balanço, observado o regime de competência.

4.2. – Os recursos a utilizar representam disponibilidades e direitos do grupo de consórcio.

4.3 – A taxa de administração é apropriada de acordo com o pagamento das prestações, calculada por um percentual sobre o valor do bem objeto do consórcio.

5. Grupo de consórcio – informações complementares

DESCRIÇÃO	30/06/2023	%*
Quantidade de grupos administrados	2	
Quantidade de Bens entregues no período	9	
Quantidade de Consorciados Ativos	1880	
Quantidade de Cotas Contempladas	22	
Quantidade de Cotas Não Contempladas	1858	
Quantidade de Consorciados Quitados	0	
Quantidade de Consorciados Excluídos	1	0,05
Quantidade de Bens pendentes de entrega	12	
Consorciados Inadimplentes Contemplados	0	
Consorciados Inadimplentes Não Contemplados	322	17,13

(*) Percentual em relação ao número de consorciados ativos

6. Eventos Subsequentes

Até a presente data não foram verificados eventos que possam alterar substancialmente a posição patrimonial da companhia.

7. Instrumentos Financeiros



A administradora elaborou o plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução BCB nº 219 de 30.03.2022, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio.

Marcelo Luís Lucindo de Souza

Administrador

Renata Grisaro Franco de Souza

TC CRC: SP 284247/O-4



X - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE **SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Dirigentes da

EVOY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Mogi das Cruzes - SP

Prezados Senhores

Examinamos as demonstrações contábeis da Evoy Administradora de Consórcio Ltda, em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido, dos recursos de consórcio consolidada e das variações nas disponibilidades de grupos consolidada para o semestre e exercício findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evoy Administradora de Consórcio Ltda, em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2023 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para os exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Evoy Administradora de Consórcio Ltda, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

-Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.

-Cumprimentos dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil (Circular Bacen nº 3.524 de 03/02/2011).

-Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de



distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da administradora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administradora.

Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos/SP, 30 de novembro de 2023.



Alberto Francisco Costa

Auditor

CRC n° 1SP164292

CVM n° 10.600

Flávio Antonio Garrido

Auditor Assistente

CRC n° CRC n° 1SP094509/O

